



Informação nº: 220/2015 – SECONT/3ªDICONT

Brasília, 06 de julho de 2015.

Processo nº: 11.513/2012 (um volume e nove anexos).

Apenso: 092.001.988/2012 (sete volumes e um anexo em CD-ROM).

Jurisdicionada: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.

Assunto: Prestação de Contas Anual – PCA.

Valor envolvido: R\$ 2.010.578.164,00 (montante em exame¹).

Ementa: Prestação de Contas Anual – PCA. CAESB. Exercício financeiro de 2011. Exame inicial. Proposta de julgamento regular e regular com ressalvas.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Prestação de Contas Anual – PCA, dos administradores da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, referente ao exercício financeiro de 2011.

2. RESPONSÁVEIS

2.1. ADMINISTRADORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS

Conforme o art. 17 do Estatuto Social (fl. 7*), a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada. No período em exame, foram gestores:

a) Diretoria:

NOME	CARGO	PERÍODO (2011)
Fernando Rodrigues Ferreira Leite	Presidente	01.01 a 16.01
Célio Biavati Filho	Presidente	17.01 a 31.12
Valtrudes Pereira Franco	Diretor de Comercialização	17.01 a 31.12
Márcio Campos Luttembarck	Diretor de Gestão	01.01 a 31.12
Virgílio do Rego Monteiro Neto	Diretor de Produção e Comercialização	01.01 a 16.01
Cristiano Magalhães de Pinho	Diretor Engenharia e Meio Ambiente	01.01 a 31.12
Acyllino José dos Santos Neto	Diretor de Operação e Manutenção	17.01 a 31.12

Fonte: Demonstrativos de fls. 16* e 1000/1002* e 16/22.

¹ Valor total do Ativo/Passivo registrado no Balanço Patrimonial do exercício em referência, fl.269*.

* Processo nº 092.001.988/2012.



b) Conselho de Administração:

NOME	CARGO	PERÍODO (2011)
Fernando Rodrigues Ferreira Leite	Presidente do Conselho	01.01 a 16.01
Célio Biavati Filho	Presidente do Conselho	17.01 a 31.12
Carlucio Miguel Laquis	Conselheiro	01.01 a 31.12
Afrânio Rodrigues Júnior	Conselheiro	01.01 a 31.12
Virgílio do Rego Monteiro Neto	Conselheiro	01.01 a 31.12
Carlos Murilo Felício dos Santos	Conselheiro	01.01 a 31.12
José Osmar da Ponte	Conselheiro	01.01 a 31.12
Durmar Ferreira Martins	Conselheiro	01.01 a 16.02
Antônio Camboim de Souza	Conselheiro	01.01 a 31.12
Luiz Augusto Tschiedel Curado	Conselheiro	01.01 a 31.12
Francisco de Assis Miranda do Carmo	Conselheiro	01.01 a 31.12
Carlos Henrique Guimarães Lima Costa	Conselheiro	01.01 a 31.12

Fonte: Demonstrativo de fls. 1000/1002* e fls. 12/13 e 16/22.

3. EXAME FORMAL

3.1. DOCUMENTAÇÃO DA PCA (PT – I, fls. 23/25).

- ☐ Atendeu plenamente às exigências da legislação pertinente.
☐ Não atendeu às exigências da legislação pertinente.
☒ Atendeu parcialmente às exigências da legislação pertinente.

3.1.1. Verificamos que não consta nos autos a cópia da ata da assembleia geral de acionistas ou da reunião de cotistas em que se deu a apreciação das contas nos termos do inciso XII do art. 147 do Regimento Interno do Tribunal. Entretanto, entendemos que a falta poderá ser excepcionalmente relevada.

3.1.2. Contudo, deve ser determinado aos administradores da CAESB, que nos futuros processos de prestação de contas anual faça constar a cópia da ata da assembleia geral de acionistas ou da reunião de cotistas em que se deu a apreciação das contas nos termos do inciso XII, art. 147 do Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990.

4. ANÁLISE DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL

4.1. RELATÓRIO DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL

- ☐ Não foi apresentado
☒ Não apontou a existência de impropriedades
☐ Indicou impropriedades pendentes de regularização

4.1.1. Por meio do CD constante do Anexo 7, a CAESB encaminhou inventário dos bens móveis e imóveis, e declaração de que o levantamento foi feito de forma descentralizada.

* Processo nº 092.001.988/2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS

e-DOC 36F8E946

Proc 11513/2012

Fl.: 39

Proc.: 11.513/2012

Rubrica

4.1.2. Mediante o item IV, alínea a.1, da Decisão n.º 571/2005, o Tribunal autorizou a CAESB realizar o inventário dos bens móveis e imóveis de forma descentralizada pelos gestores patrimoniais. Portanto, tem-se como correto o procedimento adotado pela companhia.

5. PRONUNCIAMENTO DAS ENTIDADES DE CONTROLE

5.1. CONTROLADORIA

5.1.1. RELATÓRIO/CERTIFICADO DE AUDITORIA (fls. 1417/1470* e 1472/1472-v*)

- ☐ Regularidade
☒ Regularidade com ressalvas
☐ Irregularidade

5.1.2. O Controle Interno do Distrito Federal concluiu o Relatório de Auditoria nº 15/2014–DIROH/CONIE/CONT/STC (fls. 1417/1470*) listando informações e falhas na gestão, que podem influenciar no julgamento destas contas, conforme relação abaixo:

Gestão	Subitem	Classificação	Descrição da Improriedade
GESTÃO FINANCEIRA	3.1	Falha Formal	Empresa apresenta passivo circulante superior ao ativo circulante.
GESTÃO FINANCEIRA	3.2	Falha Média	Atraso no pagamento das faturas com sujeição ao pagamento de juros contratuais.
GESTÃO FINANCEIRA	3.3	Falha Formal	Falta de publicação trimestral do demonstrativo contendo as despesas com patrocínio conforme previsto na LODF.
GESTÃO CONTÁBIL	4.1	Falha Grave	Divergências no saldo das contas de combustíveis.
GESTÃO OPERACIONAL	5.1	Informação	Apresentação de garantia fora do prazo contratual.
GESTÃO OPERACIONAL	5.2	Informação	Análise da compatibilidade do preço proposto em momento incompatível com a dinâmica do pregão.
GESTÃO OPERACIONAL	5.3	Falha Média	Utilização da modalidade pregão indevidamente para obras.
GESTÃO OPERACIONAL	5.4	Falha Formal	Exigência de comprovação de capacidade técnico-profissional e operacional de serviços irrelevantes e sem valor significativo.
GESTÃO OPERACIONAL	5.5	Falha Média	Limitação do número máximo de atestados a serem apresentados, restringindo indevidamente a concorrência.
GESTÃO OPERACIONAL	5.6	Informação	Ausência de cláusulas no edital regulamentando a subcontratação.
GESTÃO OPERACIONAL	5.7	Informação	Exigência indevida de vínculo prévio do responsável técnico com a licitante.
GESTÃO OPERACIONAL	5.8	Informação	Pesquisa de preço inconsistente que culminou com a contratação/aquisição de material a um custo superior a mediana do Sinapi.

* Processo nº 092.001.988/2012.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS

Fl.: 40

Proc.: 11.513/2012

Rubrica

GESTÃO OPERACIONAL	5.9	Informação	Realização de compras parceladas sem a utilização de registro de preços, gerando riscos de aquisição de materiais desnecessários.
GESTÃO OPERACIONAL	5.10	Falha Média	Utilização indevida da mesma taxa de BDI de serviços na aquisição de materiais e equipamentos.
GESTÃO OPERACIONAL	5.11	Falha Média	Não parcelamento do objeto da licitação e falta de justificativa nos autos do processo.
GESTÃO OPERACIONAL	5.12	Falha Média	Atraso injustificado para início das obras e execução contratual em ritmo muito abaixo do previsto.
GESTÃO OPERACIONAL	5.13	Falha Média	Inclusão de CSLL e IRPJ nas taxas de BDI.
GESTÃO OPERACIONAL	5.14	Falha Formal	Alterações do objeto contratual e pagamentos realizados antes da formalização do termo aditivo.
GESTÃO OPERACIONAL	5.15	Falha Formal	Não confecção dos relatórios bimestrais de acompanhamento da obra.
GESTÃO OPERACIONAL	5.16	Falha Formal	Limitação do número de casas decimais do fator de desconto "K".
GESTÃO OPERACIONAL	5.17	Falha Formal	Inclusão indevida do ISS no BDI referente ao fornecimento de materiais e serviços.
GESTÃO OPERACIONAL	5.18	Informação	Valores pagos indevidamente a título de CPMF não restituídos a CAESB.
GESTÃO OPERACIONAL	5.19	Falha Média	Falta de aplicação das penalidades previstas no Contrato CAESB-8118/2011.
GESTÃO DE PESSOAL	6.1	Falha Formal	Cargos comissionados ocupados por empregados sem vínculo com percentual superior a 50%.
GESTÃO PATRIMONIAL	7.1	Falha Média	Almoxarifado com materiais vencidos e sem utilização há longa data.
GESTÃO PATRIMONIAL	7.2	Falha Média	Classificação de materiais como inservíveis, se acumulando no pátio do almoxarifado central do SAI, sem a efetiva verificação da possibilidade do seu aproveitamento.
GESTÃO OPERACIONAL	8.1	Falha Grave	Sobrepçoço no contrato de locação e utilização de alíquota de 3% para cálculo de IPVA ao invés de 1%.
GESTÃO OPERACIONAL	8.2	Falha Média	Inobservância ao art. 3º da Lei nº 8.666/1993 – Exigência contratual restringindo a competitividade.
GESTÃO OPERACIONAL	8.3	Falha Média	Pagamento de custo relativo a responsabilidade objetiva da CAESB, sendo oneroso e antieconômico para a administração no contrato de locação de veículos.
GESTÃO OPERACIONAL	8.4	Falha Média	Aditivo de quantidades no Contrato 7809, Grupo I, acima dos 25% permitidos em lei.
GESTÃO OPERACIONAL	8.5	Falha Média	Falta de manutenção da reserva técnica constante do contrato.
GESTÃO OPERACIONAL	8.6	Falha Média	Inobservância ao item 2.1 – Condições básicas para efetivação da locação.
GESTÃO OPERACIONAL	8.7	Falha Formal	Descumprimento da norma interna da CAESB relacionada a condução de veículos – ND.STR – 006.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS-	9.1	Informação	Processo Administrativo Disciplinar inconsistente resultado em pena

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS

Fl.: 41

Proc.: 11.513/2012

Rubrica

DISCIPLINARES, SINDICÂNCIAS TCEs	E		<i>incompatível com a conduta supostamente cometida, com andamento injustificavelmente retardado.</i>
--	---	--	---

À luz da Portaria STC nº 89/2013 os subitens 5.1, 5.2, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.18 e 9.1 constituem-se em informações, o que seja: “*atos ou situações relevantes para o conhecimento e a avaliação das atividades realizadas e dos resultados obtidos pela unidade examinada*”.

5.1.3. Em relação aos subitens apontados como Informação (5.1, 5.2, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.18 e 9.1), conforme descrição acima, não há necessidade de maiores apontamentos, pois não são classificados como falhas.

5.1.4. No tocante aos subitens 3.1, 3.3, 5.4, 5.5, 5.12, 5.14, 5.15, 5.16, 5.17, 5.19, 7.1, 7.2, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.6 e 8.7, concluímos que não têm a materialidade, relevância e nem a caracterização efetiva como impropriedade para que sejam considerados achados de auditoria. Portanto, não influenciam no julgamento destas contas, conforme descrito no PT II (fls. 26/36).

5.1.5. Quanto às impropriedades constantes dos subitens 3.2, 4.1, 5.3, 5.10, 5.11, 5.13 e 6.1 concordamos com a oposição de ressalva proposta pelo Controle Interno. Destacamos que as falhas são de cunho formal, não havendo nos autos justificativa da entidade que sobrepujasse os apontamentos feitos.

5.2. AUDITORIA INTERNA

- ☒ Não foram realizados trabalhos pela auditoria interna.
- ☐ Não foi apresentado o relatório elaborado pela auditoria interna.
- ☐ Não apontou a existência de impropriedades.
- ☐ Indicou impropriedades pendentes de regularização.

5.3. AUDITORIA INDEPENDENTE (fls.959/963*)

- ☐ Não foram realizados trabalhos por auditoria independente.
- ☐ Não foi acostado aos autos o relatório elaborado pela auditoria independente.
- ☐ Não apontou a existência de impropriedades.
- ☒ Indicou impropriedades pendentes de regularização.

5.3.1. Em seu relatório, a Auditoria Independente exarou a seguinte opinião sobre as demonstrações financeiras da CAESB (fls. 959/963*):

* Processo nº 092.001.988/2012.



Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos mencionados na seção “Base para opinião com ressalva por limitação de escopo”, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas.

5.3.2. No tópico denominado “base para opinião com ressalva por limitação de escopo” foram listados os assuntos a seguir:

- a) **Investimento em empreendimento controlado em conjunto:** não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os valores contábeis desses ativos, passivos, receitas e despesas que foram consignados às demonstrações financeiras da CAESB em 31 de dezembro de 2011 (fl. 961*);
- b) **Vida útil estimada das taxas de depreciação:** impossibilidade de estimar os efeitos do processo de reconciliação das taxas de depreciação nas demonstrações financeiras da Companhia, em face da utilização das taxas de depreciações permitidas pela legislação fiscal, e não as taxas que refletissem a vida útil estimada do ativo intangível e do imobilizado, para fins de mensuração da indenização (fl. 961*);
- c) **Passivos contingenciais:** a CAESB possui registrados montantes de R\$ 110.038 mil e R\$ 31.987 mil referentes às provisões para contingências. Entretanto a Companhia encontra-se em processo de reformulação de determinados procedimentos internos, visando ao aprimoramento dos critérios de avaliação e reconhecimento das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências, não sendo possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores em 31 de dezembro de 2011 (fl. 961*);
- d) **Reconhecimento de receitas não faturadas:** a Companhia não reconheceu as receitas de fornecimento de água e esgotamento sanitário auferidas no mês de dezembro de 2011. Consequentemente, não foi possível estimar os efeitos do não reconhecimento dessas

* Processo nº 092.001.988/2012.



receitas não faturadas nas demonstrações financeiras da Companhia (fl. 961*);

5.3.3. Os levantamentos efetuados pela auditoria independente não são conclusivos. Ela relata situações que poderiam gerar alguma alteração nos demonstrativos. Assim, não havendo certeza nessas alterações, acreditamos que não existam máculas capazes de interferir no julgamento dessas contas.

6. ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO

6.1. PROCESSOS COM INFLUÊNCIA NO JULGAMENTO DAS CONTAS

6.1.1. Em consulta ao Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual desta Corte – e-TCDF, não localizamos processos que possam influenciar na apreciação destas contas anuais.

6.2. SITUAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS ANTERIORES

6.2.1. Verificamos que as PCAs da CAESB, referentes aos exercícios anteriores, encontram-se na seguinte situação:

EXERCÍCIO	PROCESSO	COMENTÁRIOS
2008	35.402/2009	Contas regulares com ressalvas, conforme Decisão nº 3.802/2012.
2009	6.416/2010	Contas regulares com ressalvas, conforme Decisão nº 3.749/2013.
2010	16.677/2011	Decisão nº 3.873/2014 – Audiência – Proposta de julgamento regular com ressalvas.

6.3. DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PENDENTES DE ATENDIMENTO

6.3.1. Por meio da Decisão nº 3236/2007, a corte determinou, no item III- a, a inserção, a partir do exercício de 2007, nas Prestações de Contas do Governo, de demonstrativo que possibilite a comprovação do cumprimento por todos os órgãos e entidades do GDF dos percentuais legais a que alude a Decisão nº 2469/2006 para fins de preenchimento, por servidores de carreira, das funções de confiança e dos cargos e empregos em comissão da estrutura da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

6.3.2. Em atendimento à decisão retro, a CAESB anexou o Demonstrativo

* Processo nº 092.001.988/2012.



sobre os quantitativos e percentuais de empregos em comissão ocupados por empregados efetivos, requisitados de Órgãos/Entidades do GDF ou sem vínculo efetivo com o GDF, em 31/12/2011 (fl. 976*). Portanto, considera-se cumprido a determinação feita na decisão.

6.3.3 Através da Decisão nº 6719/2009, item III, o Tribunal alterou o item III da Decisão nº 808/2005, que passou a determinar aos dirigentes das empresas estatais do Distrito Federal que informem, em suas prestações de contas anuais, as penhoras de seus bens, decretadas pelo Poder Judiciário, vigentes no respectivo exercício, indicando os motivos e a natureza do débito executado, bem como as providências judiciais e administrativas adotadas para efeito de apreciação da gestão.

6.3.4. No esteio da Decisão nº 2935/2011, item II, a Corte determinou a Caesb que informe, nas prestações de contas anuais: a) a situação da Ação Civil Pública nº 893/97 em andamento na Justiça do Trabalho; b) as pendências, caso ainda existam, relativas ao registro em cartório dos imóveis de sua propriedade.

6.3.5. Para atender ao disposto nas deliberações da Corte, a CAESB apresentou documentos acostados às fls. 979/994, enviando informações a respeito dos bens penhorados judicialmente, assim como a situação atual da Ação Civil Pública nº 893/1997, em curso na 14ª Vara do Trabalho de Brasília. Dessa forma, consideram-se cumpridos os termos especificados nas Decisões nºs 6719/2009 e 2935/2011.

6.4. DEMONSTRATIVOS DE TCEs

6.4.1. Os demonstrativos referentes às tomadas de contas especiais encerradas, instauradas ou em andamento no exercício de 2011, com valor abaixo do fixado na Resolução n.º 181/2007, encontram-se acostados às fls. 972/974*.

6.4.2. No Processo nº 092.003.993/2010, que trata de possíveis irregularidades no fornecimento de materiais inservíveis e em desacordo com a especificação recomendada, a CTCE concluiu pela não identificação dos responsáveis e pela absorção do prejuízo de R\$ 2.722,41 pela CAESB. Dessa forma, o Tribunal pode considerar regularmente encerrada a TCE do Processo nº 092.003.993/2010.

* Processo nº 092.001.988/2012.



6.4.3. Os demais processos encontravam-se em andamento por ocasião da elaboração da PCA, não havendo medidas a serem adotadas pela Corte no momento.

6.5. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.5.1. Por meio do item IV-a da Decisão nº 2.155/2012 (fl. 2), o Tribunal determinou a realização de novo exame sobre o endividamento e as medidas adotadas pela CAESB para equacioná-lo na prestação de contas anual referente ao exercício de 2011.

6.5.2. Para cumprir o deliberado pela Corte, neste tópico serão levados em conta não somente a situação patrimonial e os resultados da companhia no exercício de 2011, mas também aqueles verificados no interstício de 2003 a 2010, apresentados pela Informação nº 164/2011 – 3ª ICE/Divisão de Contas, constante do Processo nº 19.763/2008 (PCA – CAESB – Exercício de 2007).

RECURSOS GERIDOS NO EXERCÍCIO

6.5.3. No quadro seguinte estão demonstrados o patrimônio e alguns subgrupos dos resultados da companhia em 2011 e no exercício financeiro anterior.

Exercício	2010	AV(%)	2011	AV(%)	AH (%)
Ativo	1.874.485.933,00	100,00	2.010.578.164,00	100,00	7,26
Passivo Circulante	270.781.352,00	14,44	317.965.055,00	15,81	17,4
Receita Op. líquida	865.439.434,00	100,00	946.495.476,00	100,00	9,3
Custos	451.749.904,00	52,20	535.359.837,00	56,56	4,36
Despesas Op.	209.320.166,00	24,19	297.008.678,00	31,38	7,19
Lucro Operacional	204.369.364,00	23,61	114.126.961,00	12,05	-11,56
Resultado não op.	413.689.530,00	47,80	411.135.639,00	43,43	-4,37
Lucro Líquido	83.989.679,00	9,70	4.529.693,00	0,04	-9,66

6.5.4. Evidencia-se em 2011 uma maior participação dos custos dos serviços na composição da receita operacional líquida, crescendo de 52,20 % para 56,56 %, com um aumento de 4,36 em relação a 2010. Ressalta, ainda, o aumento no Passivo Circulante, de 14,44% para 15,81%, impactado principalmente pelas parcelas vincendas de financiamentos, que passaram de R\$ 83,091 milhões em 2010 para R\$

* Processo nº 092.001.988/2012.



126,10 milhões em 2011 (fl. 269*), assim como a significativa redução do Lucro líquido de 9,7% para 0,04%.

ENDIVIDAMENTO GERAL E ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

6.5.5. O indicador endividamento geral resulta da proporção do capital de terceiros sobre o Patrimônio Líquido. Quando superior a R\$ 1,00 demonstra que há mais recursos de terceiros investidos do que próprios. É também considerado uma medida de garantia para os credores, que em geral preferem emprestar para empresas que tenham grau de endividamento inferior a R\$ 1,00. Já o índice endividamento financeiro expressa a relação entre os passivos de curto e longo prazo oriundos de financiamentos e o PL.

6.5.6. É importante destacar que na elaboração do Balanço Patrimonial foi inserida abaixo do campo do Patrimônio Líquido a Conta – Adiantamentos para futuro aumento de capital. A Resolução CFC 1.159/2009, que aprova o Comunicado Técnico CT 01 - estipula que os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, devem ser registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. Caso haja qualquer possibilidade de sua devolução, devem ser registrados no Passivo Não Circulante. Informamos que na composição dos cálculos dos índices de endividamento levou-se em consideração que a referida conta integrou o subgrupo do PL.

6.5.7. Os indicadores de endividamento da companhia apresentaram, entre 2003 e 2011, o comportamento registrado na tabela seguinte:

Índices de endividamento		
ANO	EG	EF
2003	0,73	0,48
2004	0,79	0,53
2005	0,79	0,5
2006	1,12	0,64
2007	1,13	0,63
2008	1,24	0,67
2009	1,15	0,6
2010	1,12	0,6
2011	1,16	0,64

(EG): Endividamento Geral.

(EF): Endividamento Financeiro.

* Processo nº 092.001.988/2012.



6.5.8. Em 2011, manteve-se incremento no endividamento geral da CAESB. Essa elevação originou-se, em parte, da contratação de financiamentos, como evidencia a evolução do índice de endividamento financeiro (EF) na tabela acima retro.

ANO	Financiamentos (em milhões)	Parcelas vincendas de financiamentos	Total
2003	230	18	248
2004	271	24	295
2005	286	35	321
2006	402	40	442
2007	360	110	470
2008	414	77	491
2009	393	89	482
2010	452	83	535
2011	469	126	695

6.5.9. Os passivos de curto e longo prazo decorrentes de empréstimos apresentaram o comportamento visto na planilha acima, onde se observa uma inflexão no estoque de empréstimos da companhia durante o exercício financeiro de 2011, evidenciando um aumento gradual na contratação de financiamentos.

INDICADORES FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2011	2010	Variação
Liquidez Corrente ²	0,73	0,77	-4,44%
Liquidez Geral ³	0,30	0,28	7,74%
Imobilização do PL ⁴	10,56%	10,91%	- 3,16%
Endividamento ⁵	53,72%	51,82%	3,67%

Fonte: Balanço Patrimonial (fl. 20*).

² Liquidez corrente = ativo circulante/passivo circulante.

³ Liquidez geral = (ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + exigível a longo prazo).

⁴ Imobilização do Patrimônio Líquido = (ativo permanente/patrimônio líquido)*100.

⁵ Endividamento = (passivo circulante + exigível a longo prazo + resultado de exercícios futuros/ativo)*100.

* Processo nº 092.001.988/2012.



INDICADORES DE RESULTADO

DESCRIÇÃO	2011 (R\$)	2010 (R\$)	Variação
Receita Operacionais ⁶	1.040.875.256,00	952.615.909,00	9,26%
Despesa Operacionais	297.008.678,00	209.320.166,00	41,89%
Resultado Operacional ⁷	114.126.961,00	204.369.364,00	- 44,16%
Resultado Líquido	4.529.693,00	83.989.679,00	- 94,61%

Fonte: Demonstração de Resultado (fl. 21*).

INDICADORES DE RENTABILIDADE

DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação
Margem Operacional ⁸	49,36	42,40	16,40%
Margem Líquida ⁹	32,90	47,87	- 31,30%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido ¹⁰	9,39	14,02	- 33,00%
Rentabilidade sobre o Investimento Total ¹¹	8,67	13,22	- 34,50%

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado (fls. 20 e 21*).

6.5.10. No período em exame, o índice de liquidez corrente demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo a CAESB possuía R\$ 0,73 em recursos realizáveis em igual período. O mesmo se verifica em relação à liquidez geral cuja proporção era de R\$ 0,30 de bens e direitos para cada R\$ 1,00 de débitos. A imobilização foi reduzida e houve um aumento no endividamento. Destaca-se, ainda, que o lucro líquido do exercício de 2011 apresentou redução de 94,61% em relação ao

⁶ Somatório do Resultado Bruto da Intermediação Financeira, das Receitas de Prestação de Serviços e de Outras Receitas Operacionais (em milhares de reais).

⁷ Resultado operacional = Lucro Bruto – despesas operacionais + receitas financeiras (O resultado operacional também designado por Resultado Antes de Juros e Impostos - RAJI, ou em inglês EBIT - é calculado subtraindo às Vendas o Custo dos bens vendidos e as despesas de vendas, administrativas e gerais).

⁸ Margem operacional = (Resultado operacional/Receita operacional)*100.

⁹ Margem líquida = (Resultado líquido/Receita operacional)*100.

¹⁰ Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido = (Resultado líquido/Patrimônio Líquido)*100.

¹¹ Rentabilidade sobre o investimento total = (Resultado líquido/ATIVO)*100.

* Processo nº 092.001.988/2012.



exercício anterior. Além disso, apontamos que os indicadores de resultado apresentaram, em geral, queda de rentabilidade. Portanto, os índices indicam que a jurisdicionada apresentou situação financeira menos favorável que a verificada no exercício anterior.

6.5.11. Diante dos levantamentos efetuados, considera-se cumprido o item IV-a da Decisão 2155/2012 (fl. 2).

7. CONCLUSÃO

7.1. O Controle Interno concluiu as contas anuais em apreço sugerindo a sua regularidade com ressalvas, em face das impropriedades constantes dos subitens 3.1, 3.2, 3.3, 4.1, 5.3, 5.4, 5.5, 5.10, 5.11, 5.12, 5.13, 5.14, 5.15, 5.16, 5.17, 5.19, 6.1, 7.1, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.6 e 8.7 do Relatório de Auditoria nº 15/2014–DIROH/CONIE/CONT/STC (fls. 1417/1470*), conforme Certificado de Auditoria nº 82/2014 – COMITÊ/CONT/STC (fls. 1472/1472-v*).

7.2. No que se refere aos subitens 5.1, 5.2, 5.6, 5.7, 5.8, 5.9, 5.18 e 9.1, não há necessidade de maiores apontamentos, já que o Controle Interno os caracterizou como Informação, sem que sejam classificados como falhas, fazendo com que não influenciem no julgamento destas contas.

7.3. Em relação aos subitens 3.1, 3.3, 5.4, 5.5, 5.12, 5.14, 5.15, 5.16, 5.17, 5.19, 7.1, 7.2, 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.6 e 8.7, concluímos que não têm a materialidade, relevância, e nem a caracterização efetiva como impropriedade para que sejam considerados achados de auditoria, podendo desta forma serem excluídos da influência no julgamento dessas contas.

7.4. No que tange às falhas relatadas, concluímos, em consonância com o Controle Interno, que poderão ensejar a aposição de ressalvas nestas contas anuais os subitens 3.2, 4.1, 5.3, 5.10, 5.11, 5.13 e 6.1.

7.5. Ante o exposto, entendemos que as contas anuais dos senhores Célio Biavati Filho (Presidente no período de 17.01 a 31.12.2011), Valtrudes Pereira Franco (Diretor de Comercialização no período de 17.01 a 31.12.2011), Márcio Campos

* Processo nº 092.001.988/2012.



Luttembarck (Diretor de Gestão no período de 01.01 a 31.12.2011) e Acylino José dos Santos Neto (Diretor de Produção e Comercialização no período de 17.01 a 31.12.2011), podem ser julgadas regulares com ressalvas, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, em razão de: atraso no pagamento das faturas com sujeição ao pagamento de juros contratuais; divergências no saldo das contas de combustíveis; utilização da modalidade pregão indevidamente para obras; utilização indevida da mesma taxa de BDI de serviços na aquisição de materiais e equipamentos; não parcelamento do objeto da licitação e falta de justificativa nos autos do processo; inclusão de CSLL e IRPJ nas taxas de BDI; e cargos comissionados ocupados por empregados sem vínculo com percentual superior a 50%.

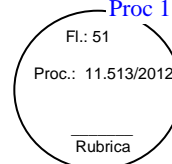
7.6. Em relação aos Senhores Carlucio Miguel Laquis, Afrânio Rodrigues Júnior, Virgílio do Rego Monteiro Neto, Carlos Murilo Felício dos Santos, José Osmar da Ponte, Durmar Ferreira Martins, Antônio Camboim de Souza, Luiz Augusto Tschiedel Curado, Francisco de Assis Miranda do Carmo e Carlos Henrique Guimarães Lima Costa (Conselheiros do Conselho de Administração) podem ser julgadas regulares, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994, pelo motivo que as falhas são operacionais e não são relacionadas à gestão dos mesmos.

7.7. Também, conclui-se que as contas anuais dos senhores Fernando Rodrigues Ferreira Leite (Presidente e Conselheiro do Conselho de Administração no período de 01.01 a 17.01.2011), Virgílio do Rego Monteiro Neto (Diretor de Produção e Comercialização no período de 01.01 a 16.01.2011), e Cristiano Magalhães de Pinho (Diretor de Engenharia e Meio Ambiente no período de 01.01 a 31.12.2011), podem ser julgadas regulares, nos termos do artigo 17, inciso I, da mesma Lei Complementar, considerando o curto período em que ocuparam o cargo, bem como, no caso do último indicado, devido as falhas não terem relação com a sua diretoria.

7.8. Além disso, a Corte pode considerar atendidas as determinações previstas no item IV-a da Decisão 2511/2012, item III-a da Decisão 3236/2007, item III da Decisão 6719/2009 e item II da Decisão nº 2935/2011.

7.9. Por fim, o Tribunal pode considerar encerrada a TCE do Processo nº 092.003.993/2010 nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução nº 102/1998.

* Processo nº 092.001.988/2012.

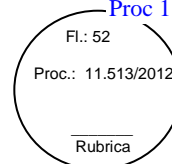


8. SUGESTÕES

Ante o exposto, sugerimos ao Plenário que:

- I. tome conhecimento da prestação de contas anual da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, relativa ao exercício financeiro de 2011 – consubstanciada no Processo n.º 092.001.988/2012;
- II. considere:
 - a) cumpridos o item IV-a da Decisão 2155/2012, o item III-a da Decisão 3236/2007 e o item II da Decisão nº 2935/2011;
 - b) regularmente encerrada a TCE do Processo nº 092.003.993/2010 nos termos do § 1º do art. 13 da Resolução nº 102/1998;
- III. julgue:
 - a) REGULARES COM RESSALVAS, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas relativas ao exercício de 2011 dos responsáveis da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, indicados no § 7.5 desta Informação, tendo em vista: 1) as impropriedades contidas nos subitens 3.2, 4.1, 5.3, 5.10, 5.11, 5.13 e 6.1 do Relatório de Auditoria nº 15/2014–DIROH/CONIE/CONT/STC (fls. 1417/1470*) que se referem a: atraso no pagamento das faturas com sujeição ao pagamento de juros contratuais; divergências no saldo das contas de combustíveis; utilização da modalidade pregão indevidamente para obras; utilização indevida da mesma taxa de BDI de serviços na aquisição de materiais e equipamentos; não parcelamento do objeto da licitação e falta de justificativa nos autos do processo; inclusão de CSL e IRPJ nas taxas de BDI; e cargos comissionados ocupados por empregados sem vínculo com percentual superior a 50%.
 - b) REGULARES, com fulcro no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas dos responsáveis indicados

* Processo nº 092.001.988/2012.



nos parágrafos 7.6 e 7.7 desta instrução, relativas ao exercício de 2011 da CAESB;

IV. considere, em conformidade com os termos da Decisão Administrativa Extraordinária nº 50/1998 e com o disposto nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Complementar nº 1/1994, os responsáveis indicados no item II supra, quites com o erário distrital, no que tange à presente PCA;

V. determine:

a) aos dirigentes da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB que, na forma do artigo 19 da citada Lei Complementar, adotem as medidas necessárias à correção das falhas indicadas na alínea “a” do item III retro, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes;

b) aos dirigentes da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB que nos próximos processos de prestação de contas anual faça constar a cópia da ata da assembleia geral de acionistas ou da reunião de cotistas em que se deu a apreciação das contas nos termos do inciso XII, art. 147 do Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990.

VI. autorize a devolução dos anexos e do apenso à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências pertinentes e arquivamento.

À consideração superior.